

O REVIRALHO

Orgão do Comité de Defesa da República

PREÇO \$50
—
Lêr e fazer circular

A liberdade de pensamento
é a mais nobre e legítima
das aspirações humanas

ESTE JORNAL
NÃO SE SUBMETE
À CENSURA

Acusamos Passos e Sousa de um crime hedónico revelador de uma alma torpe. Temos as provas. Conhecemos o seu cúmplice o major Fontes Pereira de Melo. Tão bárbaro, desumano e covarde é o acto do ministro da Guerra que os próprios colegas do ministério se o conhecessem, por uns restos de pudor, expulsá-lo-iam do governo. Razões de uma delicadeza infinita, impedem-nos neste momento a sua divulgação. Estas linhas são um aviso ao Passos e Sousa. As pobres vítimas clamam vingança. Serão violadas. Não se trata de política. Não se pretenda depois, na hora da expiação, confundir um acto pessoal com um acto político. Trata-se de questões de honra.

O PORTO da Beira, o Ulrich e o Belo

O BELO, ministro das Colónias declarou em nota oficial que para tomar uma resolução sobre o caso do Porto da Beira aguardava o relatório do Comissário do governo junto da Companhia de Moçambique.

O ministro das Colónias, mente. Mente. Os contractos-traição são datados de 14 de Março de 1925 e 28 de Julho de 1926. O minist' das Colónias, Belo, sabia da existência dos contractos. Sabia do honroso e patriótico go-to Correia da Silva. Tinha em seu poder há 3 (três!!) meses toda a documentação.

Se João Belo não fôsse um mísero empregado dos irmãos Ulrich, se n' o tivesse, e, por imposição dos Ulrichs, para o ministério para os servir ignobilmente, o seu dever impunha-lhe tomar uma decisão nítida, clara, terminante sobre o problema.

Foi preciso que ao público viesse ter o livro do sr. Comandante Correia da Silva, foi necessário que uma parte da imprensa gritesse em tons vários: «Traição, traição»; para o Belo, encolhido, atrapalhado, hesitante e jesuiticamente vir a clarificar em nota officiosa que «desconhecia» o assunto nos seus detalhes e que ainda aguardava o relatório do Comissário do governo.

Tartufo. Traidor. Reprem na resposta orgulhosa da Companhia de Moçambique: «não damos satisfações a ninguém dos nossos a toa», resposta dada com o manifesto de não deixar esperar que a onda de indignação passe, que a revolta dos e patriotas se acalme p'ra com tranquilidade os ingleses se aposarem do Porto da Beira.

João Belo, segue — por indicação de Ulrich, certamente — tactica igual. Até aqui esteve calado, fingindo que pe a sua pasta, pelo seu pelo-iro da Administração nada se havia passado de grave, de sinistro para o Património Nacional.

Depois do toque de rebate, depois do grito de alarme do Correia da Silva, diz que ainda espera um pap' l. Tal como as da Companhia de Moçambique quer ganhar tempo, quer que o patriotismo se cance de gritar, que os jornais emudeçam, «Arcades ambo». Ulrich e Belo. São só íes da mesma companhia, são dois traidores. Ao menos Ulrich manobra na sombra, não se finge, não se diz patriota nem tem no peito venes nem nos braços galões de official.

Se justiça houvesse neste País, se vergonha houvesse na gente da Ditadura, se o Exército compreendesse o laço que lhe amaram, minuto depois de publicada a nota officiosa, o João Belo, teria saído do ministério das Colónias para uma prisão e daí para um Conselho de Guerra a responder pelo crime de traição à Pátria.

N.º o foi.

S. L. há um dia.

ENTENDAMO-NOS!...

PORTUGUESES! Chegou a hora do ajuste de contas. Basta de hipocrisias. Basta de falsos pudores. Homens honrados para um lado. Ladrões, bandidos, vendidos para o outro. Extrememos os campos. Deixemo-nos de chinezices de partidos políticos, ou então formem-se dois grandes partidos. Um constituído por todos os cidadãos portugueses, de passado impoluto, outro onde se ajuntem, e se irmanem os que se venderam, alugaram ao estrangeiro, à finança internacional. Um, o dos homens de honra. Outro, o dos vampiros. Um, que possa dirigir a Administração do País, defendendo os interesses da Nação, em plena liberdade. O outro que fique de sentinela às burras da rua dos Capelistas, que sirva os judeus da banca. Mas que nenhum destes homens toque com as suas mãos impuras nos selos do Estado. Nem um. Os interesses dos Bancos e das Companhias são em regra contrários aos interesses da Nação. Se o governante defende o Estado, prejudica os negócios da casa onde trabalha ou que representa. Se o governante defende os interesses particulares, comete um crime contra o País. Daqui não há que sair. Ora como os logares nos Bancos e nas Companhias são permanentes, e as situações de ministros são transitórias, nos tempos de utilitarismo em que vivemos, a fórmula «mais vale um pássaro na mão» — predominará.

Também se tem verificado que são as próprias Companhias e Bancos que para os ministérios mandam agentes seus para resolverem assuntos que lhes importem — exemplo o caso João Belo.

Consentirmos mais tempo nesta exploração ignóbil? Não. Veremos a máquina do Estado dirigida pelos judeus portugueses que nos levaram à situação difícil em que nos encontramos? Não, e não.

Vamos a nomes. Venham nomes. Em tôlas as esquinas afixemos os nomes dos que tem traficado com o Património Nacional. Que de Norte a Sul se forme um movimento de repulsa por esses maus portugueses. Se são republicanos, e arregimentados em partidos, os partidos que os expulsem. Se são monárquicos que se lhes saibamos nomes e se amarem ao pelo-irinho da excreção pública. Ceder, ter contemplações é tornarmo-nos cúmplices do crime de lesa-pátria.

O caso do Porto da Beira é sintomático. E' um dos muitos, muitíssimos casos de traição à Pátria cometidos por portugueses.

Traidores: RUY ULRICH, AUGUSTO SOARES, JOÃO BELO. Dois monárquicos e um republicano. Sejam francos. Tenhamos coragem. Se ela nos não falta para nos batermos pela República, tendo ante os olhos as prisões e a morte, porque havemos de arrecear-nos de, com o chicote vingador, expulsarmos do templo os seus venalhões!

Ruy Ulrich, o da C. P., do Banco de Portugal da Companhia de Moçambique, de toda a negociata torva. Augusto Soares da Companhia de Moçambique, das Companhias Coloniais — Borir, Zambézia, do falido Banco J. P.

Belo, o creado dos Ulrichs imposto ao ministério para todos os fretes.

Que faz o partido democrático? Conserva no Directório e nas suas fileiras o traidor para quem os governos valem consoante as vantagens que o dr. Soares deles pode tirar para os negócios das suas companhias? Responlam os democráticos.

Quanto com Ulrichs e Belos falaremos.

E a lista vai fazer-se, a fôgo ha de ser posta aqui.

LODUVICE no Monte-pio Official...

LUDOVICE, não sabemos de quê, tem uma qualidade invejável nos tempos que correm, é cunhado do Sinel. Ludovice no C. S. de Finanças era conhecido pela sua imbecilidade. Não era um homem, era uma verba do orçamento de despesa. Sinel! bom pai de família, vendo que os vencimentos do cunhado eram magros, guindou-o a sub-secretário das Finanças. Ludovice, meio ministro! Mas, isto de sub-secretário é contingente. Um dia vinha o revirvalho e o orçamento da família levava um rombo. Sinel, então bom amigo da família, fóra do Estado — põe o cunhado. Coloca-o como gerente do Monte-pio Geral. Ludovice gerente do Monte-pio Geral!!

Sinel está equivocado. O Monte-pio tem sido de facto o seu sobrado e o do colega e amigo Amílcar Mota. Mas, não ha bem que sempre dure... O lugar de gerente exige qualidades que o Ludovice não tem. Os sócios do Monte-pio, e os empregados, diligentes, honestos, sabedores, não podem ser assim desprestigiados, pondo lá o Ludovice ignorante e tolo. Veremos se a Assembléa Geral inicia o revirvalho.

Muito cómicos

Houve mosquitos por cordas no Ministério dos Estrangeiros por causa do continuo que despiu a farda, do bufo que a pretende vestir, e do Ministro imbecil que serviu de pómo de discórdia.

Ao verem que o «Revirvalho» lhes punha a careca á mostra, ficaram apopléticos, escoceram-se mutuamente, com aquela «fraternidade» ditatorial que lhes é tão peculiar.

O Zé Brás, continuo, ex-radical assanhado, inté bufou, e o bufo da investigação, pago pelas despesas reservadas, êsse esteve quasi a puxar de pistola com que costuma organizar os «Fin de Fiesta» nos bailaricos do Clubinho do Pessoal Menor, com luminárias pagas pelas Despesas da Secretaria.

Ainda não perdemos a esperança de ver o Brás e mais o bufo, a darem pontapés no rabo do Bête-en-Cour!

...Soma e segue

O desfalque apurado em Sapadores Minciros, atinge já a enorme soma de 4.000 contos!!... E segue...

História trágico-aritmética dedicada aos altos comandos e aos soviets dos tenentes. Panegirico dos altos méritos financeiros e administrativos da Ditadura

CAPITULO I

Isto de dizer números tem de ser amenizada com umas palavrinhas meigas afim de lhes tirar a aspereza que nelles encontram as pessoas pouco habituadas a lê-los e sobretudo a perceber o que elles significam. É com números que esta história se escreve e o seu conceito só pode tirar-se percebendo-os.

Pois, como toda a gente sabe, por o ler nos jornais, o país estava a saque, caminhava para a ruína, para a bancarrota, afundando-se em 28 de Maio de 1926, Marte surgiu impondo a sua divina vontade.

Após várias tentativas infrutuosas para a escolha dos melhores sábios que fôsem capazes de banir a corrupção, impôr a moralidade, sanear toda a administração pública e affim executar toda obra de fomento de que o país precisava, deu-nos em Julho daquele auspiciosissimo ano o governo Carmona, presidido por um desinteressadissimo general que, apenas por dever de officio, não pode com grande mágoa sua, prescindir da lista civil que a immoralidade dos políticos estabelecera para a Presidência da República.

Uma União dos Interesses Económicos havia àquele tempo descoberto uma grande luminaria, um alto talento, que sabendo mais do que todos os restantes financeiros da Terra, poderia, se estivesse disposto a fazer êsse sacrificiosinho, iniciar em Portugal a obra de Restauração tão necessária.

Não pode ninguém imaginar que trabalho insano e que canceiras foram precisas para convencer o tal luminar a aceitar o cargo de Restaurador da Finança.

Mas Marte mandava, havia que obedecer.

E lá foi o Chinelo de Cordas, que assim se chama o sábio, para o Ministério das Finanças.

Por modéstia, quando tomou posse da pasta, declarou que de finanças só sabia que as suas estavam avariadas.

E era verdade, pois naquele tempo êle tinha pelos Bancos letras descontadas protestadas que depois foram acionadas pela 1.ª vara do Tribunal do Comércio e liquidadas pela execução de bens de uma senhora que as havia avalisado.

O sábio tinha falado verdade, mas como para governar o país era preciso mentir êle estudou todos os alfarrábios da mentira com tão grande aproveitamento que nunca

Onde se prova que os políticos da República que deixaram de governar em 28 de Maio de 1926 é quem teem a culpa da paradisiaca situação em que Portugal hoje se encontra

no mundo houve quem soubesse mentir com tanta desfaçatez.

O seu primeiro cuidado foi inventariar os parcos valores que os políticos haviam deixado no 28 de Maio para assim saber como havia de governar e verificou que eles não tinham levado tudo visto que deixaram disponíveis £ 2.200.000 (dois milhões e duzentas mil libras) em conta de depósito em Londres na casa Baring Brothers & C., e vários saldos credores por aqui e por acolá, o que tudo daria para ir aguentando isto até vir a Restauração que seria o Empréstimo Externo garantido pelo rendimento dos Tabacos que a sanha dos políticos também havia deixado livre.

Aqueles dois milhões e duzentas mil libras incluíam um milhão e seiscentas mil libras do produto da venda da prata, demonstrando-se assim que, apesar do que dizem os talassas, aquele valor se conservava intacto.

Pois o talassa Chinelo de Cordas lhe faria a poda e veríamos se os seus talássicos correligionarios se atreviam a desafiar as cóleras de Marte Ditador.

Chinelo verificou mais que a divida flutuante em 31 de Maio de 1926 somava 1.641.487 contos (um milhão seis contos e quarenta e um mil quatrocentos e oitenta e sete contos) dos quais havia que abater cêrca 218.500 contos (duzentos e dezoito mil e quinhentos contos) valor de £ 2.300.000 (dois milhões e trezentas mil libras) que também havia disponíveis num chamado "fundo de maneio" das cambiais de exportação, o que realmente dava para a divida flutuante total a quantia de 1.423.000 contos um milhão quatrocentos e vinte três mil contos) mas como o Estado era credor das mencionadas 2.200.000 libras (dois milhões e duzentas mil libras) que valiam 209.000 contos (duzentos e nove mil contos), os débitos do Estado podiam assim avaliar-se em 1.214.000 contos (um milhão duzentos e quatorze mil contos).

Acirculação fiduciaria compreendendo as emissões por conta do fundo de maneio andava à volta de 1.800.000 contos, reduzindo-se a cerca de 1.581.500 contos, um milhão quinhentos e oitenta e um mil e quinhentos contos, desde que saíssem daquele fundo por venda as 2.300.000 libras, dois milhões e trezentas mil libras, que ele tinha disponíveis.

O estrelado alquimista Chinelo considerou então de si para consigo a situação como susceptível de ser melhorada e então toca a trabalhar.

É bom dizer-se aqui que no seu trabalho êle teve um sócio de altissimo valor que a dois manos de apelido exótico prestou muito relevantes serviços.

Foi êle o Cebolinha que tomou posse das colónias.

Que progresso, que grande obra de fomento, que monumental edificio o que estes homens conseguiram edificar!

A grandeza desse kolossal trabalho é o que os números seguintes vão demonstrar.

CAPITULO II

Já tivemos ocasião de ver no capítulo antecedente que Chinelo de Cordas encontrou a divida flutuante em Escudos em 1.214.000 contos um milhão duzentos e quatorze mil contos, que no que respeita a ouro havia disponibilidades no valor de quatro e meio milhões de libras, afora outras.

Para os encargos das obrigações dos Tabacos tinha no Credit Lyonnais de Paris alguns milhões de francos.

Vamos então ver qual foi a evolução das diversas contas segundo o que o "Diário do Govêno" nos disse já:

Divida flutuante em 31-5-1926	1.641.487 contos
a deduzir valor do ouro disponível	427.500 "
Líquido	1.213.987 "
id. em 31-12-1926	1.754.429 "
id. em 31-3-1927	1.858.950 "

No saldo em 31-12-26 está deduzido o crédito em conta do Tesouro no Banco de Portugal de Esc. 45.785 contos, quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco contos, e no saldo em 31-3-27 a quantia de Esc. 62.934 contos, sessenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro

(Continua na 4.ª página)

PORTUGAL QUE VAIS Á VELA

Portugal nada em dinheiro. A ordem é rica. Os da Ditadura, na agonia, fazem um testamento largo e generoso. Portugal está em leilão. Os ministros andam à compita a verem qual deles melhor pode arrecadar mais e servir os amigos.

Nos gabinetes ministeriais ouve-se, diariamente, dizer: «ou comem todos...». A frase do sapateiro de Braga é o símbolo dos ditadores e afins, ou não tivesse sido iniciado o movimento redemptor de 28 de Maio, em Braga, ou um pouco abaixo como já se diz. Os do ministério da guerra andavam fúlos. Já todos os demais se haviam enchido e ainda eles não tinham atingido a conta. Os im-polatos, os incorruptíveis, tiveram, agora, o seu S. Martinho. Leiam:

Foi aberto em Londres um crédito de meio milhão de libras para a aviação. Condição: Só a Air Craft Disposal fornecerá material aeronautico por conta deste crédito. Um negócio da China!!!... Quanto receberão os intermediários? Em breve o diremos.

Meio milhão de libras, num crédito aberto á sucapa.

Meio milhão de libras para o estrangeio, agora que o Banco de Portugal recusa uma libra de cambiais seja a quem for. Depois do seu pontífice Ruy Ulrich ter servido a C. P. á larga da qual é o orientador e principal instrumento de ataque aos interesses nacionais. Meio milhão de libras, hein! que diz a isto a curiosa Associação Comercial disposta a servir os ditadores e a Ditadura?

Mas, não pára aqui.

Foi feito um contracto com Luis Rôxo — firma Rôxo & C.^a — para fornecimento de material para a aviação, no montante de 9.000 contos (nove mil contos), podendo este material ser adquirido pelo Rôxo em diversas casas de especialidade. Atentemos nisto. Se Rôxo fôsse agente de uma ou mais casas de material de aviação e a elle houvesse de recorrer. Se porque mesmo que Rôxo

não fôsse ouvido a respectiva iomissão vinha cair-lhe no bolso, bem estava. Mas, não. Rôxo, não é representante dessas casas, vai comprar onde quere e mais lhe convenha, logo o contracto com o Rôxo é indicativo seguro que pretendeu fazer-lhe ganhar grossos dinheiros. É um escanalo. Este Rôxo já for-receu para a Aviação material que foi considerado sucata. Rese-não-se-lhe o contracto mas ninguém sabe por que o Passos e Sousa lhe mandou dar mil e tantos contos.

Agora 9.000 contos!!!...

Quem é porém este Rôxo. Luis Rôxo ou a firma Rôxo & C.^a tem como sócios, um official superior Rôxo, em serviço no ministério da Guerra, o major Pereira Coutinho e um tenente Azevedo e Silva. Estes ultimos do próprio gabinete do ministro da Guerra, afirmando-se elle que o verdadeiro ministro é o Pereira Coutinho.

Mas o escanalo, ainda é maior.

Por uma lei publicada em principios de Março de 1927 o contracto com o Rôxo, ou o contracto para o fornecimento de 9.000 contos de material e de todos do mesmo genero, só poderiam ser feitos por intermédio de uma Comissão Técnica de Material creada adrede para tal. Pois, o general Domingues feito no negocio, prevenlo e bem que essa Comissão não sancionaria tamanho escandalo, fez o contracto com o Rôxo, assinou-o na qualidade de director da Aeronautica mas ante-datou-o. Pôs-lhe a data falsa de 28 de Fevereiro!!!...

É o saque. É a razão.

Sim senhor, Domingues tem agora, ha que reconhecer-se-lhe, o estôdo dum Ditador. Pode emparelhar com o João Belo e com o Sinel Cordes. Nesta ditadura *soi generis* um cavalheiro é mais ou menos Ditador quanto mais ou menos rouba. Domingues ainda é ditador de 2.^a classe. Mas vai bem. Nas faltas pode substituir os de 1.^a Belo e Sinel.

Meio milhão de libras, mais, nove mil contos, arre gatunos!

SITUAÇÃO INCOMPREENSIVEL

A ferros de el-rei de Espanha encontram-se há meses, alguns presos políticos evadidos do forte de Elvas. Que crime cometeram? Roubaram os cofres públicos, assassinaram? Não. Se tais crimes tivessem cometido tinham a protecção do governo e, quiza, uma comenda.

O único crime que cometeram foi o de se revoltarem contra a qua-trilha agaloo-la que ameaça submeter o País.

É de uso as nações estrangeiras acolherem no seu seio aqueles que por motivos políticos são forçados a abandonar a sua Pátria. Quando no movimento de 18 de Abril o poltrão de Raúl Esteves bateu ás portas da legação espanhola o ministro abriu-lhas. Porque há agora procedimento diferente para com os adversários da ditadura? Será, acaso, a Espanha a capa protectora destes ditadores de meia tijela? Que tem o país visinho com as lutas que se travam no seio do nosso território? Já vem de largo a sua intromissão em questões que só a nós dizem respeito. Após a proclamação da República, os monárquicos refugiaram-se em Espanha e, sob os seus olhares benevolentos, prepararam incursões armadas. Só agora conserva a ferros homens cujo unico crime consiste na defesa dum ideal.

Protestamos contra a atitude do governo espanhol que parece assumir os ares de protector para uma Nação que através da história tem demonstrado que sabe defender a sua independência, e saudamos calorosamente os republicanos que confiando na hospitalidade dum povo que se diz «nuestro hermano» se encontram na cadeia como reus de crime comum.

DEFENSORES DA DITADURA

Aquela policia que funciona no ministério do interior é um manancial inexgotavel para o jornalista que luta com falta de assunto. E' como que a guarla avançada da qua-trilha de saltea lores que se apossou do Terreiro do Paço.

Não quer vender por autentico Carlaxo as mixórlas confeccionadas no Poço do Bispo. A qua-trilha é de la-trões? Pois bem. A policia de informações prova com factos que não engana o freguês — rouba tambem.

Já aqui contámos a proesa do capitão Manuel Pestana que ao pino verde do Club Mayer perdeu trezentos e sessenta contos que pertenciam ao cofre da mesma policia.

Agora aparece-nos o aspirante reformado Ficher, filho do coronel do mesmo nome que, em companhia do travilheiro ex-alferes Henrique Graça, por lei ao jôgo, em Cascais, doze contos que pertenciam á policia de I. do M. do I. de que é secretário, não se contentando com o automóvel Peugeot que foi comprado com dinheiro da mesma policia e posto em seu nome individual.

O dr. Boaventura Fêria foi enviado para Madrid como chefe de espiagem em Espanha com a bonita soma de trinta contos por m's.

Os agentes da secção internacional da policia de I. do M. do I. comem e bebem á barba longa no Club Montanha e leitaua Passo e Chic, enviamto depois a conta ao Director para pagar a despesa.

AUTENTICO... E VERGONHOSO

Aos ouvidos do ministro das Colónias, João Belo, chegou a noticia de que no seu ministério se afirmava ser S. Ex.^a um invertido sexual. Decidido e pronto, o sábio e prudente ministro manda fazer um inquérito, e aí temos nós todo o pessoal do ministério das Colónias, defilar perante um cavalheiro que perguntava:

— O Senhor Ministro é um invertido?

— Não sei, respondiam todos, e voltavam ao seio das repartições, rindo.

O processo foi mandado arquivar por falta de provas. O Ministro julgase ilibado.

Só em Ditadura e com o João Belo isto podia passar-se.

Que queria o sr. Belo que os seus empregados dissessem?

Essas coisas não se fazem no ministério e, sobretudo á hora do serviço official. Portanto do inquérito que de antemão se sabia inútil só resultou mais uma quebra de disciplina, mais um motivo de ridiculo, mais um acto vergonhoso cometido pelo próprio ministro. O mais elemental dever de dignidade pessoal e de dignidade funcional obrigava o ministro a não

mandar fazer devassas a do género desta e fazer um método tão idiota.

Se para *O Revivalho* trazemos o facto, nós que jamais atingimos S. Ex.^a com o epíteto por que é conhecido na Metrópole e nas Colónias, é tão somente por ter sido o interessado, o próprio Ministro, o próprio João Belo, quem deu uma questão destas, obscena, fóros, de "official".

Nos mais pequenos detalhes se revela o espirito e o carácter dos homens. Este inquérito pinta nos o sr. Belo tal como é. Faz o inquérito para a galeria, para o grande público, para inglês vêr. Nada mais. O peor é que homens destes enfilem-se e deixam-nos vexad a todos nós. Aí tem no que deu um cavalheiro que se julga predestinado a altos destinos... A mandar perguntar do continuo ao director geral, *se é ou não é*. Um céebre orador sagrado, em um sermão dizia que determinado santo tinha três olhos. Como visse a assistência a sorrir-se elucidou pronto: dois dos olhos são os da cara, o outro... é da Divina Providência. No caso do inquérito procuram saber-se coisas relativas ao olho colonial de S. Ex.^a

A MÃO FATAL

Em Portugal está de há muito organizada uma quadrilha que pela sua acção, tem levado á ruina este desgraçado país.

Os capitães são os manos Ulrich — o do Ultramarino e o do Banco de Portugal. Tem agências instaladas em toda a parte: nas secretarias do Estado, no estrangeiro, nas empresas particulares. A um simples acesso seu tudo se move. Os ministros são uns lacaios e, assim, dispõe da riqueza pública a seu talento. Os escândalos gravíssimos que ultimamente tem vindo á lume, como o do Porto da Beira, tem sempre gravados as impressões digitais dos chefes. O arrendamento das linhas férreas do Estado foi uma burla inspirada por eles. A avaliação dos materiais do C. F. S. S. por uma comissão de que faziam parte delegados da C. P. e da Direcção Geral dos Caminhos de Ferro foi um verdadeiro roubo. Os materiais foram avaliados pela *trigéssima parte* do seu valor!

A *mão fatal* conseguiu destruir por completo toda a fiscalização por parte do governo nas linhas de que hoje dispõe, causando, assim, prejuizos de milhares de contos ao Estado.

Não satisfeita com as fraudes praticadas, deita agora as suas vistas para o pessoal seu subordinado, tentando arrancar aos escassos proventos do seu árduo trabalho mais umas migalhas que mitiguem a sua sede de ouro.

E' certo que o pessoal ferroviário sabe bem o valor da sua dignidade e não curva a espinha perante qualquer salafário que se arroja o direito de sobra. Perante a primeira tentativa de humilhação os senhores da C. P. tiveram de recuar. Como não bastava o suor que deixaram durante anos no serviço ferroviário quizeram retirar os passes aos reformados obrigando-os a pagar as suas passagens como se fossem simples passageiros que viajassem por recreio ou por necessidade dos seus negócios. Não foram felizes na tentativa.

A segunda tentativa, a mais séria e mais repelente, vai ter seu início em breves dias com o pessoal do Sul e Sueste e Minho e Douro. O pessoal ferroviário destas duas linhas é para todos os efeitos pessoal do Estado. Foi nessas condições que ele entrou ao serviço e como tal com todos os direitos e regalias que as leis lhe conferem. Não pensa assim a direcção da C. P. e quer agora que esse pessoal assinie com ela um contracto de trabalho que, a ser aceite, faria do contratado um simples empregado da C. P. com a abdicção de todos os direitos de funcionário público. Por este contracto os vencimentos e as garantias são as mesmas que, nas suas linhas, aos empregados de igual categoria a Companhia concede. Dai uma diminuição dos vencimentos dos empregados do S. e S. e M. e D., porque toda a gente sabe que a C. P. paga miseravelmente áqueles que a servem.

Alem disso o empregado seria obrigado a depositar nos cofres da Companhia uma quantia igual a três meses do seu vencimento de categoria, constituindo esse depósito uma caução, exigência que o Estado não fez quando entrou ao seu serviço.

Não é menos interessante as condições de reforma. Tem a C. P. duas caixas de reforma — a de D. Maria II e uma outra mais moderna. Em qual delas pretende a C. P. incluir os novos contratados? Na de D. Maria II que garante a aposentação findo que seja um determinado número de anos desde que o empregado a requeira? Não. Na outra, na segunda, que dá margem á Companhia para explorar até á última gota de sangue a vida dos seus empregados, sujeitando-os a uma junta médica por ela escolhida que, só em casos extranhos, proporá a aposentação. Poderão dignamente os ferroviários que, em virtude do arrendamento das linhas do Estado, transitaram para a C. P. aceitar as condições humilhantes do contracto? Não.

(Continuação da 2.ª página)

contos, da mesma conta, dinheiro que sendo para gastar, como realmente se gastou, há que adicionar áquelas duas importâncias, resultando daí a dívida flutuante estar

em 31-12 em 1.797.212 contos
em 31-3 em 1.921.884 "

Em 31 de Dezembro ainda existiam depositados no Baring Brothers um bom milhão de libras mas como Chinelo de então para cá as fez entrar na sua obra de regeneração não vale a pena abatê-las ao saldo acima que fica bem como está.

Assim se mostra que o aumento da dívida flutuante era em 31-12 de 1926 sobre 31 de Maio do mesmo ano de 583.225 contos, e em 31 de Março deste ano de 1927 de 644.963 contos, seis centos e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e três contos.

Não parou ainda aqui a obra de regeneração e como os políticos não deixaram mais disponibilidades, no que devemos concordar que fizeram muito mal para evitar ao Chinelo de recorrer por intermédio do Príncipe Negro aos bons officiaes dos irmãos Sousas, da moagem, que para lhe amenisarem a existência e a troca de uma miserável comissão de um e meio por cento conseguiram em Londres o suprimento muito conhecido de £ 1.500.000, um milhão e quinhentas mil libras.

E aqui nós vemos nós reentrados na dívida flutuante externa que Afonso Costa havia cometido o crime de extinguir.

Somai agora este *milhão e meio de libras* áquelas 1.921.884 contos, um milhão novecentos e vinte e um mil oitocentos e oitenta e quatro contos, e tereis para a dívida flutuante a bonita soma de 2.070.000 contos, dois milhões e setenta mil contos, números redondos.

Mas como se tudo isto ainda fosse pouco aumentou-se mais a verba de *bilhetes de Tesouro internos*, pois diz-se que *ela vai já acima de 1.200.000 contos, um milhão e duzentos mil cortos*, quando em 31 de Março era de 1.076.314 contos, um milhão setenta e seis mil trezentos e quatorze contos, contra 775.977 contos, setecentos e setenta e cinco mil novecentos e setenta e sete contos, em 31 de Maio de 1926.

Eis pois, mais um aumento de 12.400 contos, doze mil e quatrocentos contos, aproximadamente, o que eleva a dívida flutuante a um mínimo de 2.194.000 contos, dois milhões cento e noventa e quatro mil contos, o que dá em comparação com o que os miserandos políticos deixaram um aumento de 9.800.000 contos, nove milhões e oitocentos mil contos, até 30 de Junho de 1927.

O saldo da conta do Baring pas-

SINAL DOS TEMPOS

O comité dos judeus, em Londres, que explora a denominada Companhia de Moçambique, ser-se de admirável barómetro político. Contracta republicanos para a servirem? Tem já na República. Contracta monárquicos de polpa? Mal vai a República.

Era adogado da Companhia de Moçambique o dr. António Videira, republicano intermeário. Saiu da Companhia. Quem partiu a substituí-lo? O dr. Moreira de Almeida, o de «O Dia», o monárquico combativo e em evidência que os republicanos conhecem. O sintoma é evidente. Os judeus da Companhia de Moçambique são amorfos em política nacional. O que querem é quem bem os sirva, quem possa com facilidade obter do governo favores, concessões, toda a espécie de vantagens para o seu negócio. O Comité de Londres de republicanos na mó de baixo, prescinde dos seus serviços porque não são eles, os que afotadamente podem subir as escadas do ministério das Colónias. Para o João Belo, monárquico, só monárquicos, por isso agora a Companhia escolhe para os bons lugares monárquicos de polpa. Se quem conhece de perto, e bem, os processos da judiaria dos da Companhia de Moçambique é que pode avaliar o grandíssimo sintoma que revela o contracto do Moreira de Almeida. A situação esclarece-se.

DR. AFONSO COSTA

Palavras do actual Presidente da Assembleia da Sociedade das Nações:

...O Dr. Afonso Costa, representante de Portugal, que presidiu aos debates em circunstâncias difíceis, com um tacto, uma distincção, e uma competência que honram as tradições ovariheirascas do seu País...

Assim se aprecia lá fora o homem escorraçado pela Ditadura.

Se ao menos estes nossos ditadores de opereta, tivessem um pouco de sensibilidade moral!

sou a negativo, tendo ido á viola o rico ouro da prata.

O fundo de maneio ficou exaustivo de ouro e ainda por cima se estava o milhão e meio de libras.

E as dificuldades no fim do ano económico foram tantas e de tal ordem que o Chinelo precisou de recorrer aos seus camaradas do Monte-pio Geral nomeações para lugares chorudos, para lhe descontarem uns milhares de contos de bilhetes de Tesouro.

Vêde agora depois do que fica dito, quanta habilidade, quanta sciência não foi precisa para o sábio Chinelo elevar, só num ano, a dívida flutuante de 1.214.000 contos, um milhão duzentos e quatorze mil contos, para 2.194.000 contos, dois milhões cento e noventa e quatro mil, o que dá um aumento em tão curto espaço de tempo de 55% o cincoenta e cinco por cento.

Destas habilidades nunca os negregados políticos souberam fazer. Rendamos pois graças a Marte por tão relevante serviço que o país lhe fica devendo.

O capitão Botelho Moniz não foi nunca capaz de fazer no seu jornal uma tão merecida apologia dos Deuses da sua devoção.